

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 16

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - COVID-19
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Complicações de uma reforma fatiada - BRASIL S/A.....3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Brasil está fora dos padrões da OCDE, diz Guedes.....5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Próximo passo da reforma é rever MEI e Simples, diz Receita.....6

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guedes quer eliminar subsídios para baixar IR.....7

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Guedes afirma que reforma administrativa é simplificadora.....9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Inflação da saúde" dispara para os mais de 60 anos.....10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Escassez de insumos põe retomada em xeque.....11

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gás mais caro para 105 mil consumidores.....13

ALÔ BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Em 12 meses, IPC tem inflação menor para pessoas com mais de 60 anos.....15

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ministro quer taxar fortunas.....16

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo presidente do IEE critica reforma tributária do governo.....17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Corte de salário e jornada poderá ser acionado em calamidade regional.....18

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar opera em alta, perto de R\$ 5,30.....21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudanças à vista no congresso.....22

O POPULAR - GO - VIDA URBANA
SERVIDOR PÚBLICO

Idade será único critério para vacina.....24

Quinta-Feira, 8 de Julho de 2021

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - POLITICA
SERVIDOR PÚBLICO

**Correios: serviços postais e correio aéreo nacional não podem ser privatizados, opina PGR -
TRIBUNA**

..... 26

O ESTADO - FORTALEZA - CE - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS alerta sobre golpe envolvendo revisões de benefício.....29

Complicações de uma reforma fatiada - BRASIL S/A

Há um ditado popular que classifica certas situações. A emenda pode sair pior do que soneto. Parece ser esse o caso das discussões em torno da **reforma tributária** encaminhada pelo Ministério da Economia ao Congresso, que se arrasta desde agosto do ano passado, quando o governo enviou proposta para unificação do PIS e da Cofins com a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), inicialmente com uma alíquota de 12% para todas as empresas. A proposta ainda tramita na Câmara e o presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL), já avisou que a medida será amplamente debatida, o que significa que não será votada a toque de caixa. Como a mudança deve gerar uma arrecadação adicional de R\$ 50 milhões aos cofres públicos na conta da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o ministro da Economia, Paulo Guedes já admitiu rever a alíquota ou mesmo ter um imposto com duas alíquotas.

Antes de votar a primeira proposta, o governo decidiu encaminhar nova medida, dessa vez com mudanças no Imposto sobre a Renda, tanto das pessoas físicas quanto jurídicas. Aumentou a faixa de isenção para pessoa física, que passará dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500, enquanto para as empresas a alíquota do Imposto de Renda será reduzida de 15% para 10% em duas etapas, e o governo passará a tributar os dividendos, isentos desde 1996, com uma alíquota de 20%. É nesse ponto que a reforma dos **impostos** da renda vem sendo fortemente **questionada**, principalmente por ser vista como uma janela para elevar a carga sobre a renda, que hoje representa 19% de todos os **impostos** arrecadados no país.

O advogado tributarista e professor Ricardo Fernandes observa que há uma distorção quando se fala que o Brasil é um dos poucos países que não tributam dividendos, lembrando que o recolhimento do tributo sobre a renda pode se dar em três momentos. "Ou se cobra tudo na entrada (lucro), ou sobre o lucro e o dividendo, ou sobre o dividendo. Dizer que só o Brasil e a Eslováquia isentam dividendos é uma falácia. O Brasil escolheu não tributar dividendos e tributar todo o lucro", afirma Fernandes, ao lembrar que, em 1996, quando o governo deixou de cobrar **impostos** sobre dividendos e tributar apenas o lucro, a arrecadação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica dobrou.

Agora, ao propor a redução do IR sobre o lucro em 5

pontos percentuais, o governo propõe taxar em 20% os dividendos. Ocorre que, segundo Fernandes, a mudança no passado foi feita para evitar uma situação que pode voltar agora. Para escapar da tributação, as empresas deixaram de distribuir dividendos ou diminuíram o valor, deixando os resultados dentro da própria empresa, criando uma distorção que levava despesas pessoais para dentro das companhias como forma de usar os resultados positivos sem que houvesse distribuição, reduzindo assim a base de cálculo do imposto sobre dividendos.

Para Ricardo Fernandes, a mudança proposta pelo governo será um complicador do ponto de vista do agente arrecadador, pois obrigará a **Receita Federal** a fiscalizar não apenas as 190 mil empresas que optam pelo regime de lucro real, mas também as que fazem sua contabilidade com base no lucro presumido e até mesmo as do regime do Simples, uma vez que a opção para escapar do fisco pode ser a criação de empresas do Simples em nome de familiares. Isso sem contar, como observa Fernandes, que as mudanças fiscais foram elaboradas dentro da **Receita Federal**, e não no Congresso, como normalmente ocorrem. Com isso, o fisco aproveitou para alterar as regras em todos os pontos que vinha sendo derrotado pela Justiça.

CARGA PESADA

R\$ 1,329 trilhão é quanto os brasileiros pagaram de **impostos** e contribuições este ano até ontem, segundo dados do Impostômetro da Associação Comercial de São Paulo

tempo é imposto

Uma reforma tributária efetiva no Brasil teria que abranger, segundo o tributarista Ricardo Fernandes, aspectos da neutralidade, para não elevar a carga fiscal, hoje de 32% do **PIB**, e da simplificação, uma vez que o país é líder no ranking de horas necessárias para preenchimento de questões tributárias, com 1.500 horas, enquanto o segundo colocado gasta 700 horas e nos países da Europa são necessárias de 100 a 200 horas.

Na panela

Após analisar mais de 1.400 startups, conectar-se com

quase 400 delas e realizar 100 testes-piloto e implementar 30 projetos em escala, a Nestlé decidiu criar uma plataforma com o sugestivo nome de Panela. Na receita para acelerar inovações abertas, a multinacional reuniu 43 parcerias de startups. "A partir desses números, é possível ter uma ideia do potencial do Panela", diz Carolina Sevciuc, diretora de Transformação Digital da Nestlé

Site: <https://digital.em.com.br/flip-login/>

Brasil está fora dos padrões da OCDE, diz Guedes

Fabício de Castro / BRASÍLIA Thaís Barcellos / SÃO PAULO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, fez ontem uma defesa da taxaço sobre a distribuço de dividendos no Brasil. Ele apontou que, entre os países da Organizaço para Cooperaço e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo do qual o País quer fazer parte, a tributaço sobre os dividendos varia entre 20% e 40%. "No Brasil é zero", disse.

Ao defender a **reforma tributária**, Guedes citou que a tributaço sobre dividendos é de 22% nos Estados Unidos e de 38% na França. "Vinte mil brasileiros receberam R\$ 400 bilhões de dividendos e não pagaram (imposto)", afirmou Guedes, durante audiênci pública na Câmara dos Deputados.

Como mostrou o Estadão, um único brasileiro declarou no ano passado ter recebido a quantia de R\$ 1,3 bilhão em lucros e dividendos livre de **impostos**, de acordo com dados públicos divulgados pela **Receita Federal**. Esse contribuinte faz parte de um grupo de 3 mil milionários que, segundo as próprias declaraçoes, possuem uma renda de R\$ 150 bilhões anuais, dos quais R\$ 93 bilhões são isentos de tributaço na pessoa física. No grupo dos superricos, a média de isenço no IR é de 60%; para os demais contribuintes, de 25%.

Aos deputados, Guedes afirmou que a intenço do governo é tributar os mais ricos nos dividendos e, na outra ponta, desonerar os contribuintes mais pobres.

Por outro lado, Guedes criticou a ideia de tributar as grandes fortunas, como estabelecido na Argentina. Segundo ele, isso levará brasileiros a buscarem outros países. "Os brasileiros vão para Miami", disse.

Guedes voltou a falar que eventuais problemas na proposta serão corrigidos, sem aumentar a carga de **impostos** no total.

"Já reassegurei que vamos reduzir os **impostos** com **reforma tributária**."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Próximo passo da reforma é rever MEI e Simples, diz Receita

FERNANDA TRISOTTO *fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br* BRASÍLIA

O secretário da **Receita Federal**, José Tostes Neto, afirmou ontem que é necessário revisar os regimes de tributação para microempreendedores, micro e pequenas empresas e de lucro presumido. Seria o próximo passo da **reforma tributária**. A revisão da tributação das empresas que se enquadram no Simples e microempreendedores individuais (MEI) viria na esteira das mudanças no Imposto de Renda das empresas e das pessoas propostas pelo governo, disse Tostes.

- Estamos inteiramente de acordo com a necessidade de revisão também do Simples, do MEI e do lucro presumido. Porém, foi uma opção fazer estas propostas relativas a essa harmonização dos regimes de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas após esta fase-afirmou durante webinar promovido pelo portal Poder 360.

A avaliação de Tostes é de que o MEI e o Simples foram criados para dar um tratamento privilegiado aos pequenos, mas esses regimes, segundo o secretário, acabaram sendo estendidos de forma indevida ao longo do tempo.

-Sua ampliação indevida ao longo do tempo decorreu de um argumento de que o regime normal era bastante oneroso e complexo e precisava realmente ampliar essa tributação mais simplificada e favorecida para um universo maior de empresas - afirmou.

Para se enquadrar no regime MEI, criado para incentivar a formalização de pequenos negócios e trabalhadores autônomos, o empreendedor deve ter um faturamento de até R\$ 81 mil por ano.

DECLARAÇÃO SIMPLIFICADA

O Simples unifica a cobrança de oito **tributos** municipais, estaduais e federais. Podem ingressar nesse regime microempresas com faturamento de até R\$ 360 mil anuais ou empresas de pequeno porte que faturem até R\$ 4,8 milhões por ano.

- Na medida em que a gente faz a revisão e reduz, como está sendo feito substancialmente a alíquota do regime normal (de tributação para empresas),

entendemos que o passo seguinte seria fazer a revisão das distorções existentes no MEI e Simples-disse Tostes.

O modelo de lucro presumido é aquele em que a empresa faz uma apuração simplificada do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e vale para empresas que faturam até R\$ 78 milhões por ano, desde que não operem em alguns ramos específicos.

Tostes disse ainda que a Receita está acompanhando a discussão sobre a isenção mensal de R\$ 20 mil para dividendos de micro e pequenas empresas, proposta pelo governo.

- A discussão em torno da isenção de R\$ 20 mil é um ponto que está gerando uma discussão muito grande, e já com inúmeras propostas de alteração nesse limite. Então, esse é um ponto, também, que temos muitas sugestões -disse Tostes.

O governo já admite, nos bastidores, rever o limite de renda de R\$ 40 mil anuais para o contribuinte poder usar a declaração simplificada do IR. Esse limite poderia subir para cerca de R\$ 60 mil, conforme os cálculos iniciais.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Guedes quer eliminar subsídios para baixar IR

A equipe econômica do governo federal pretende atrelar redução maior do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) para todas as firmas do país a um corte expressivo de subsídios tributários (a arrecadação de que a União abre mão), que são usados apenas por alguns grandes grupos empresariais. A medida poderá abrir batalha entre as milhares de empresas brasileiras e uma fração de companhias gigantes.

Diante de críticas do setor produtivo contra a proposta do governo de voltar a taxar dividendos pagos pelas empresas a seus acionistas na proposta da **reforma tributária**, o ministro da Economia, Paulo Guedes, determinou que sua equipe prepare lista de subsídios que deverão ser incluídos no plano da alteração do IR enviado ao Congresso há duas semanas.

Pelo texto inicial do governo, a alíquota do IRPJ cairia cinco pontos percentuais - de 25% para 20% - em dois anos, metade em 2022 e a outra no ano seguinte. O ministro, porém, já admite em conversas com interlocutores que a Economia calibrou mal o corte. Segundo fontes, Guedes já daria como certa redução de cinco pontos de uma vez só, já a partir de 2022.

Agora, o ministro busca tesourada substancial nos subsídios para compensar queda ainda maior da alíquota. Pelos cálculos do ministério, a retirada de R\$ 20 bilhões em subsídios poderia abrir caminho para corte de 7,5 pontos percentuais, cenário em que a alíquota do IR das empresas cairia para 17,5%. Esse valor é definido hoje como o mais factível por técnicos do governo. Mas Guedes tem falado em cortar até R\$ 40 bilhões neste ano. Assim, seria possível reduzir o IR de todas empresas em até 10 pontos de uma só tacada - para 15%.

Guedes participou, ontem, de audiência pública na Câmara dos Deputados e falou sobre o tema:

- Quero que a reforma seja neutra também em relação ao capital. Não quero que empresário diga que aumentamos tributo sobre capital.

Negociação

Em outro evento, o secretário especial da **Receita Federal**, José Tostes, anunciou que, até setembro, o governo encaminhará proposta de diminuição dos

benefícios tributários que produza, no primeiro ano, uma redução de no mínimo 10% em relação ao cenário atual e, no prazo de oito anos, corte pela metade dos benefícios.

- É uma obrigação que vamos cumprir - disse Tostes.

Por trás desse movimento, Guedes quer convencer o **PIB** nacional de que a taxa de 20% em dividendos que hoje são isentos não significaria aumento da carga tributária para as empresas. Para isso, o plano é acoplar o corte de subsídios ao texto da reforma.

Na prática, o governo aproveitaria para já cumprir a obrigação de cortar benefícios fiscais determinada pela PEC emergencial. Na mira do governo, está novamente o Regime Especial da Indústria Química (Reiq), que tentou extinguir neste ano, mas o Congresso renovou até 2025. Outros regimes também poderão ser atacados.

O presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Ciro Marin, criticou o movimento:

- Fiquei perplexo com o tema voltando à discussão agora. A indústria de ciclo longo precisa de estratégia de longo prazo e não pode ficar sujeita aos humores do governo de plantão.

Outros temas polêmicos abordados

Assuntos tratados pelo ministro Paulo Guedes na audiência pública da Câmara

ALIMENTOS

Guedes afirmou que os preços de alimentos no Brasil hoje são um "desastre". Segundo o ministro, conceitualmente, quando os preços de alimentos sobem no mundo, como ocorre atualmente, o país fica mais rico, com as exportações, que depois levam ao aumento de produção e a posterior queda dos preços. Mas Guedes argumentou que a guerra política atual dificulta a queda do dólar, com impacto nos preços internos

DÓLAR

O ministro da Economia alegou que o dólar em níveis

mais elevados ante o real no Brasil está favorecendo a população mais pobre. Segundo ele, em razão do turismo interno: - Hoje, com dólar a R\$ 5, famílias humildes do Brasil inteiro estão se beneficiando. Famílias ricas, em vez de viajar para fora, estão viajando dentro

CRISE POLÍTICA

Guedes afirmou que, considerando o volume de exportações do Brasil nos últimos meses, o dólar "já era para ter afundado" no Brasil. A moeda americana fechou ontem a R\$ 5,24

Guedes reconheceu, no entanto, que a cotação do dólar sofre influência da crise política. - Com esta confusão que estamos fazendo aqui...Mas não crítico. Democracia é barulhenta mesmo - acrescentou

ENSINO

Guedes também falou sobre seu comentário sobre a entrada de filhos de porteiros em universidades públicas. - Eu estava criticando uma faculdade caça-níqueis. Você não pode pegar uma criança que teve base precária e colocar na universidade, endividando ela. Em vez do Fies, tínhamos de ter um voucher

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/#page/1>

Guedes afirma que reforma administrativa é simplificadora

Brasília - O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que a reforma administrativa enviada pelo governo em discussão no Congresso não é complexa e pretende ser simplificadora.

Em audiência pública para discutir a proposta na Câmara, Guedes disse que está trabalhando em conjunto com o relator da proposta, deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA).

Segundo o ministro, o principal objetivo da reforma é garantir a melhoria e a qualidade no fornecimento da prestação do serviço público de uma forma eficiente.

Guedes ressaltou que, desde o início, o presidente Jair Bolsonaro disse que a proposta não iria tocar em direitos adquiridos pelos atuais servidores.

O ministro afirmou que a proposta não deseja acabar com a estabilidade do funcionalismo, mas defendeu que haja uma espécie de avaliação para os servidores que vão ingressar na carreira pública e que isso seja instituído pelos atuais servidores.

Polêmicas - Guedes aproveitou a audiência na comissão especial da Câmara dos Deputados para procurar explicar declarações polêmicas dadas por ele e argumentou que se criam imagens das pessoas que servem para gerar as figuras de "monstros" e "santos".

"(O termo) parasitas nunca foi para o funcionário público... quando os gastos começam a subir, esse foi exatamente o exemplo que eu dei... eu estava falando dos entes federativos, inclusive governo federal... quando você começa a gastar com a própria máquina 95, 96, 97, você vai chegar a 100% do **PIB**, o ente virou parasitário, não é o funcionário (público)", disse Guedes explicando uma fala que causou polêmica no começo de 2020.

"Criam imagens de pessoas, estamos alimentando ódio entre as pessoas, criando monstros, criando santos, não tem santo, não tem monstro, isso daqui é uma colaboração, o Brasil é uma democracia", acrescentou o ministro.

Guedes repetiu que a reforma propõe que a estabilidade do funcionalismo, garantida aos servidores atuais, no futuro não seja concedida no ato da contratação, mas após algum tempo de avaliação

do novo funcionário.

Questionado sobre as privatizações em curso ou planejadas pelo governo, o ministro disse considerar um desrespeito perguntarem a ele quem seriam os seus amigos que vão comprar estatais. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-08-07-2021/>

"Inflação da saúde" dispara para os mais de 60 anos

Fabrizio de Castro / BRASÍLIA

A pandemia de covid-19 fez o custo com serviços de saúde disparar, em especial entre a população com mais de 60 anos. Dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) mostram que, nos 12 meses até junho deste ano, a "**inflação** da saúde" para essa faixa etária foi de 9,13%. Um ano antes, nos 12 meses até junho de 2020, o índice acumulado era de 4,94%.

A variação desse item faz parte da composição do Índice de Preços ao Consumidor - 60+ (IPC-60+), novo indicador, lançado pela Fipe ontem, que busca medir a **inflação** entre a população com mais de 60 anos. O índice é calculado com base em famílias que estão na cidade de São Paulo, possuem renda familiar entre 1 e 10 salários mínimos (entre R\$ 1,1 mil e R\$ 11 mil) e contam com integrantes com mais de 60 anos.

Considerando o índice cheio - que leva em consideração não apenas os preços de saúde, mas também habitação, alimentação, transportes, despesas pessoais, vestuário e educação -, o IPC-60+ acumulou alta de 8,69% nos 12 meses até junho deste ano, ante uma elevação de 3,10% nos 12 meses até junho do ano passado.

O economista Guilherme Moreira, coordenador do IPC da Fipe, afirma que a pandemia de covid-19 impulsionou os preços ligados à área de saúde, principalmente no primeiro semestre de 2021. Um dos motivos é que o reajuste dos planos de saúde de 2020 foi adiado para 2021, sendo que a atualização, quando chegou ao bolso da população, foi retroativa. "Os remédios subiram em abril numa média autorizada de até 10%. E os planos de saúde, que não haviam subido em 2020, aumentaram em 2021", pontuou.

Os dados da Fipe mostram que, para as pessoas com mais de 60 anos que moram em São Paulo, a **inflação** ligada à área de saúde foi de 7,04% no primeiro semestre de 2021. Somente os planos de saúde ficaram 8,32% mais caros no período, enquanto os remédios subiram 6,03%.

O impacto mais forte é justificado pelo peso que planos de saúde e remédios têm no orçamento das pessoas com mais de 60 anos. Enquanto o grupo de saúde tem peso de 16,29% no IPC-60+, ele representa

apenas 6,09% da composição do IPC - o índice de preços mais geral da Fipe, que considera pessoas de todas as idades.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Escassez de insumos põe retomada em xeque

Daniela Amorim Vinicius Neder / RIO

Passado o pior momento da desorganização da cadeia produtiva provocada pela crise sanitária, a recomposição de estoques puxou o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) no início do ano e ainda pode continuar impulsionando a recuperação da economia no segundo trimestre. No entanto, a falta de insumos, como semicondutores, tem paralisado parques fabris pelo País e pode atrapalhar esse movimento de retomada.

Em junho, 8 dos 18 principais segmentos da indústria de transformação brasileira ainda operavam com estoques abaixo do normal. A escassez de insumos era o principal entrave à expansão da produção em cinco deles nos últimos meses, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) feito com exclusividade para o Estadão/ Broadcast.

"Queríamos verificar se era um problema de aumento na demanda, que os setores não estavam conseguindo acompanhar.

Se fosse o caso, o Nuci (Nível de Utilização da Capacidade Instalada) deveria estar alto, mas não está tão elevado. O empresário não está conseguindo produzir mesmo. Não estão chegando os insumos", explicou Aloisio Campelo Júnior, superintendente de Estatísticas Públicas do Ibre/FGV.

O segmento com maior potencial de crescimento com a recomposição de estoques em junho era o de minerais não metálicos (33,1% operava com estoque abaixo do normal), à frente de atividades de produtos de metal (15,3% com baixos estoques), metalurgia (13,5%), produtos plásticos (5,5%) e máquinas e equipamentos (4,9%).

Esses setores, segundo o Ibre/FGV, registram baixos estoques desde a segunda metade de 2020. Também estão aquém da normalidade os estoques de máquinas e materiais elétricos (2,5% das empresas), têxtil (0,7%) e derivados de petróleo e biocombustíveis (0,2%). "Esses três setores já estão em processo de normalização dos estoques", disse a economista Cláudia Perdigão, responsável pela Sondagem da Indústria do Ibre/FGV.

O industrial Sérgio Duarte, presidente da Associação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, a Rio Indústria, conta que o setor se recupera gradualmente

da desorganização da cadeia produtiva, mas que é possível a persistência de problemas pontuais.

Proprietário da indústria alimentícia Chinezinho, com sede na capital fluminense, Duarte enfrentou dificuldades no fornecimento de embalagens, mas vê normalização. "A gente comprava embalagem plástica com 20 a 25 dias para entregar. Na pandemia, essa entrega foi de 60 a 80 dias. Agora, estamos recebendo em 30 dias. Ainda não está como antes, mas está bem próximo, bem mais normal", relatou Duarte. "Cada setor foi afetado de maneira diferente." Segundo Cláudia Perdigão, o aumento da demanda contribuiu para explicar a dificuldade de recomposição de estoques nos setores como o de fabricantes de embalagens. Houve maior procura por produtos desses segmentos, impulsionada pela valorização do dólar, pelo desempenho do setor agrícola e por modificações no padrão de consumo das famílias que aumentaram o comércio eletrônico e a contratação de reformas e serviços da construção civil.

Choque. Esses segmentos já enfrentavam dificuldade na recomposição da produção física desde 2015, observou a pesquisadora do Ibre/FGV, o que foi agravado com o choque provocado pela pandemia sobre a oferta de insumos, ainda não normalizada.

Entre os segmentos industriais com baixo nível de estoques, a escassez de insumos permanecia acentuada para a indústria de produtos de metal, em que 23,8% do setor aponta a escassez de matéria-prima como o maior entrave à produção, seguida pelos fabricantes de produtos plásticos (22,3%), máquinas e equipamentos (19,3%) e metalurgia (16,9%), segundo informações de abril, última vez em que a sondagem da FGV perguntou aos empresários sobre o acesso a insumos.

"Historicamente, esse indicador apresenta uma média muito baixa, em torno de 2%. Quando olhamos um percentual de 22% no segmento de produtos plásticos, estamos olhando para um crescimento muito grande, e algo que só começou em outubro de 2020. Foi um fenômeno da pandemia", frisou Cláudia Perdigão.

A recomposição de estoques vinha ajudando a turbinar a retomada da economia brasileira desde o segundo semestre do ano passado, disse Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores. Nas contas da LCA Consultores, o avanço de 1,2% no **PIB** do primeiro trimestre de 2021 ante o quarto trimestre de 2020 teria passado a uma retração de 1,6%, caso a

variação de estoques fosse excluída.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Gás mais caro para 105 mil consumidores

Jaider Miranda

O consumidor ainda nem se acostumou com os reajustes nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha, que entraram em vigor nesta semana, e já tem mais aumento previsto. A Petrobras informou ao mercado que elevará, em agosto, o preço do gás natural em 7%.

Segundo a estatal, os novos valores devem entrar em vigor já no dia 10. O reajuste deve impactar diretamente cerca de 105 mil consumidores no Espírito Santo, entre donos de veículos movidos a Gás Natural Veicular (GNV) e usuários de gás encanado em residências, comércio e indústrias.

Com o novo aumento, o produto acumula alta de 50% neste ano. No último reajuste, em maio, o preço do gás natural vendido pela Petrobras subiu 39%. O preço final dos produtos ainda não foi definido, já

que depende de outros fatores.

Em nota, a Petrobras destaca que "o preço final do gás natural ao consumidor não é determinado apenas pelo preço de venda da companhia, mas também pelas margens das distribuidoras (postos de revenda) e pelos **tributos** federais e estaduais".

Atualmente, o preço do metro cúbico do GNV nos postos está em média R\$ 3,99 o metro cúbico. Segundo o diretor de GNV do Sindi-postos, Deoclides Oliveira, o tamanho do impacto desse reajuste ainda não foi calculado.

"Esse reajuste é um pleito da Petrobras, mas ainda não foi homologado. O que vai definir o preço final será o mercado. Pode ser que algum revendedor decida absorver esse aumento, mas ainda não é algo consolidado", afirmou.

Para o economista Marcelo Loyola Fraga, o impacto do reajuste será sentido por uma parcela bem maior da população, além dos usuários diretos de gás veicular e gás encanado.

"Com esse novo aumento, a perspectiva é que o ano feche com a **inflação** acima dos 10%, pois ocorre um efeito em cadeia, aumentando o preço de todos os produtos e serviços envolvidos que dependam de transporte."

Venda de fogão a lenha aumenta

Com o preço nas alturas, o gás utilizado nas cozinhas residenciais, seja encanado ou na botija, tem sido trocado por outras opções mais econômicas. Uma dessas alternativas tem sido uma volta ao passado, com o uso residencial de fogões a lenha.

Fabricando um modelo portátil do utensílio desde 2018, o empresário Thiago Lima afirma que nunca vendeu tantos fogões a lenha como agora. No momento são comercializadas em média oito peças por semana.

"No começo, meus clientes eram, na maioria, pessoas que queriam apenas recordar o tempo que viveram na roça, para fazer algo diferente num fim de semana, essas coisas. Hoje não, as pessoas

estão procurando para substituir o fogão a gás, que tem o consumo cada vez mais caro", afirma.

A movimentação de pedidos tem sido tão grande que é difícil encontrar uma peça para pronta-entrega na fábrica, que tem atendido apenas por encomenda.

"Até pouco tempo eu trabalhava sozinho fabricando os fogões a lenha, mas nos últimos meses eu tive que contratar ajudantes para poder dar conta da demanda", reforça Thiago.

O modelo mais simples de fogão a lenha portátil custa a partir de R\$ 600. Segundo Thiago, os clientes que desejam fugir dos custos com gás de cozinha têm aderido ao investimento.

Atualmente, o preço do botijão de gás (GLP) supera a casa dos R\$ 100, comprometendo aproximadamente 10% do salário mínimo.

Segundo o economista e professor Marcelo Loyola, esses aumentos recorrentes no preço do gás de cozinha vão refletir também para quem não tem gás encanado ou não cozinha em casa.

"Esses reajustes vão ser repassados para o consumidor final, mesmo que ele não tenha consumo de gás em casa. A conta vai parar nos restaurantes e demais serviços. Quando se há um aumento no custo dos insumos importantes para a indústria, como é o caso do gás natural, há um impacto geral na **inflação** porque esse custo é repassado aos preços dos produtos", explica o economista.

Site: <https://digital.tribunaonline.com.br/editions/2021-07-08/Noticia%3%A1rio/1>

Em 12 meses, IPC tem inflação menor para pessoas com mais de 60 anos

O índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo (IPC) registrou alta de 8,69% nos últimos 12 meses nos domicílios com pessoas com 60 anos ou mais. O índice de **inflação** medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) começa a trazer esse novo recorte que diferencia os impactos nas famílias com pessoas com 60 ou mais. A **inflação**, no entanto, foi mais alta no índice em geral, medido para as famílias que recebem entre um e dez salários mínimos. Nos últimos 12 meses, o IPC acumula alta de 8,95%. Em junho, o índice teve elevação de 0,81% na medição geral e de 0,7% para as famílias com pessoas com 60 anos ou mais. Em junho, o grupo de gastos com habitação teve a maior alta nas duas medições.

Site:

https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_14_edic_a_o_3225

Ministro quer taxar fortunas

Brasília (Agência Brasil)

Brasília (Agência Brasil) - O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu ontem (7) o pagamento de imposto pelos mais ricos. Em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, ele reiterou o apoio à tributação dos dividendos (parcela do lucro das empresas distribuídas aos acionistas e sócios) em 20% e disse que a segunda fase da proposta de **reforma tributária** redistribui o peso dos **impostos** sobre a sociedade.

"Se reinvestir [o lucro], se [o lucro] ficar na empresa, o imposto deve ser baixo. Agora, se tirou para usufruto pessoal [sob a forma de dividendos], que é natural, não tem problema nenhum ser rico. Não pode ter vergonha de ser rico, tem que ter vergonha de não pagar imposto", declarou Guedes. O ministro admitiu que a equipe econômica pode mudar a proposta para acelerar a redução de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) em troca da tributação sobre os dividendos. O corte, que seria de 5 pontos percentuais (2,5 pontos em 2022 e 2,5 pontos em 2023), poderia ser reduzido em até 10 pontos percentuais no próximo ano, desde que haja medidas complementares que mantenham a arrecadação do governo.

"la reduzir 2,5 pontos [percentuais]? Reduz 5 [pontos]. Ainda está pesado? Reduz 10 [pontos]. Ainda está pesando? Reduz 15 [pontos]. Essa é a pista que nós estamos seguindo, e temos certeza que estamos no caminho certo, tributando os mais ricos com os dividendos, e desonerando os assalariados, principalmente os mais frágeis, lá embaixo", declarou.

Atualmente, as empresas pagam 15% de IRPJ para todo lucro até R\$ 20 mil por mês e um adicional de 10 pontos percentuais para todo lucro que passar esse limite, totalizando 25%. Além disso, pagam 9% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), chegando a uma tributação de 34% no total. Segundo o ministro, a proposta de **reforma tributária** reduz a carga tributária para as empresas e os assalariados. Ele acrescentou que a tributação de dividendos e a retirada de alguns subsídios permitirão a diminuição de **impostos** para pessoas físicas e empresas.

"O Brasil é um país de baixa renda. Não adianta você jogar os **impostos** em cima de 30 milhões de brasileiros com renda relativamente baixa quando, do outro lado, 20 mil proprietários de capital receberam R\$ 400 bilhões de dividendos e tiveram isenção de R\$ 50 bilhões ou R\$ 60 bilhões", justificou Guedes.

Novo presidente do IEE critica reforma tributária do governo

O Instituto de Estudos Empresariais (IEE) deu posse à nova diretoria para a gestão 2021/2022. O economista Gabriel Picavêa Torres assumiu, na segunda-feira, a presidência da entidade apontando o desafio de promover educação e formação de lideranças em formato cada vez mais híbrido em razão da pandemia. Ao mesmo tempo, pontuou críticas à condução da política econômica no governo Jair Bolsonaro após medidas que não considera condizentes com o regime liberal, como o modelo de **reforma tributária** proposto pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Entre os planos da nova gestão, Torres diz que a entidade deve seguir apostando em levar conhecimento e conteúdo para o maior número de pessoas, com adaptação a um contexto em que a combinação entre físico e digital está cada vez mais forte.

- Que não seja só mais uma live, mas onde as duas pontas interajam - defende Torres.

Governo

O exemplo é o Fórum da Liberdade, organizado anualmente pelo IEE há 34 anos, que na edição de 2021 atingiu 17 mil inscritos com as transmissões online.

- Queremos romper a bolha não só na geografia, mas também no padrão que tem se discutido nas mídias sociais e que abre espaço para a histeria e o extremismo. Temos de saber navegar usando a parte boa, fazendo debates claros e transparentes, de forma respeitosa e com qualidade - ressalta o economista.

Sobre a condução da agenda econômica no país, Torres avalia que a gestão Bolsonaro não abraça a pauta liberal e que o governo federal errou no encaminhamento da **reforma tributária** enviada ao Congresso na semana passada.

Na opinião do economista, já existia certo consenso sobre uma reforma nos **tributos** de consumo, como o ICMS, que afetam maior parcela da sociedade. Assim, a proposta de correção do Imposto de Renda não deveria ir adiante "porque é um lado da reforma onde não existe concordância", avalia Torres.

O tema vem sendo criticado por algumas entidades

empresariais por, segundo elas, aumentar a carga tributária.

- Há um erro de condução porque entra pelo caminho que não chega nas pessoas mais humildes - comenta o novo líder da entidade.

Torres tem 35 anos e já havia sido vice-presidente na gestão anterior do IEE. Agora, assume a presidência no lugar da advogada Júlia Evangelista Tavares. Ele foi sócio na Liberta Investimentos e atuou como economista na CDL-POA, na Federação das Indústrias do Estado (Fiergs) e foi secretário executivo de Gestão na prefeitura de São Paulo (2017-2018).

bruna.oliveira@zerohora.com.br BRUNA OLIVEIRA

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/#page/1>

Corte de salário e jornada poderá ser acionado em calamidade regional

Thiago Resende *brasil*

O mecanismo para ativar o programa de suspensão de contratos e corte de jornadas e salários nos próximos anos deverá permitir que a medida tenha validade em localidades específicas, e não apenas em todo o país.

O governo e o Congresso negociam uma maneira para que o programa trabalhista, chamado de BEm (Benefício Emergencial), possa se tornar permanente e ser usado em caso de calamidade.

O instrumento tem sido elaborado pelo deputado Christino Áureo (PP-RJ) e por técnicos do Ministério da Economia.

A ideia é permitir que o programa seja acionado também em casos regionalizados, por exemplo, quando há uma calamidade provocada por seca, enchentes, outras catástrofes ou até mesmo em crises, como o apagão registrado no Amapá no ano passado.

Essa medida trabalhista foi criada em 2020 para minimizar os impactos da crise da Covid-19 e reeditada em abril

Por meio de flexibilização temporária de regras, empregadores e empregados assinam acordos para redução parcial da jornada e dos salários (em 25%, 50% ou 70%) ou acordos para a suspensão momentânea dos contratos de trabalho.

Para compensar a perda de renda do trabalhador, o governo paga um auxílio, chamado de BEm. Hoje, o benefício não pode ultrapassar o valor máximo do seguro-desemprego, que pode chegar a R\$ 1.9a,84 por mês.

O programa trabalhista, portanto, visa aliviar os gastos de empresários em um momento de crise.

"O gatilho que estamos estudando é a situação de calamidade. Se acontece um desastre natural em um estado da Federação, por exemplo, é hora de acionar o BEm", disse Áureo.

Na avaliação do governo, a medida é bem-sucedida e tem evitado demissões em massa durante a pandemia.

Por isso, o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, já admitiu na semana passada os estudos para tornar o programa uma ação permanente.

"Se tivermos uma possibilidade, caso enfrentemos algo no futuro, de apertarmos um botão e isso já nos proporcionar o acionamento do benefício, melhor. Estamos discutindo tudo", disse em videoconferência promovida pelo jornal Valor Econômico.

Para isso, o governo conversa com Áureo, que é relator da MP (medida provisória) que reeditou o BEm em 2021. A proposta, por ser uma MR teve efeito imediato assim que foi enviada ao Congresso, mas precisa do aval dos congressistas até setembro para não perder a validade.

Na avaliação de integrantes da equipe econômica, ao permitir o acionamento do programa de forma regionalizada, a medida será mais eficiente e focada no socorro às empresas e trabalhadores no período necessário.

Assim, o BEm não seria utilizado apenas em caso de calamidade pública nacional, o que ocorreu no ano passado por causa da pandemia.

Líderes governistas dizem acreditar que o plano de tornar o programa uma medida permanente não deverá enfrentar forte resistência no Congresso, apesar de as centrais sindicais defenderem mudanças no mecanismo.

Nos casos de corte de jornada e salário, o valor do benefício recebido atualmente pelo trabalhador depende da redução, que pode ser de 25%, 50% ou 70%.

O trabalhador recebe o proporcional ao percentual do corte de jornada. Se a redução for de 50%, a compensação (o benefício emergencial) será metade da parcela de seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito se fosse demitido.

Para a suspensão de contratos ou para o corte de jornada e salário, o patrão precisa negociar com os empregados ou com o sindicato.

No caso dos trabalhadores que ganham até três salários mínimo -R\$ 3.300 por mês-, vale o acordo individual, direto entre a empresa e o empregado, em qualquer situação -suspensão ou corte.

O mesmo se aplica a quem tem renda mensal acima de R\$ 12,8 mil, por ter um tratamento diferenciado na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Os trabalhadores com salário na faixa de R\$ 3.300 a R\$ 12,8 mil só podem ter a jornada reduzida em mais de 25% ou o contrato suspenso se houver negociação de acordo via sindicato.

Centrais sindicais criticam essa flexibilização que permite acordos individuais no programa trabalhista.

"Não vemos problema com esse instrumento em momentos de crise, mas o governo está reduzindo a representação sindical. Isso deixa os trabalhadores sob pressão dos empregadores", disse o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna.

De abril, quando o programa foi reeditado, a maio, o governo contabilizou acordo de corte de jornada ou suspensão de contratos de quase 2,4 milhões de trabalhadores. A medida foi adotada por cerca de 600 mil empresas.

Em 2020, quando as medidas de restrição a atividades foram mais amplas, foram 9,9 milhões de trabalhadores e 1,5 milhão de empresas.

O relator da MP também estuda propor uma medida trabalhista para incentivar a contratação de jovens de 18 a 29 anos e pessoas com mais de 55. O nome em avaliação é Priore (Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego).

Um dos modelos avaliados prevê a redução de **impostos** para empresas que contratarem empregados nessas faixas etárias.

O governo já chegou a propor um programa semelhante, a Carteira Verde e Amarela, mas o projeto, que também foi relatado por Áureo, não foi aprovado pelo Congresso.

O Priore depende de recursos no Orçamento. O custo pode chegara R\$ 1 bilhão em 2021. Por isso, essa negociação ainda depende de análise do governo.

Câmara acelera projeto que limita supersalários

Danielle Brant

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira

(7), a urgência do projeto que regulamenta dispositivo da Constituição que trata dos limites remunera tórios e que, segundo cálculos, poderia ajudar a União a economizar até R\$ 3 bilhões por ano.

O requerimento de urgência foi aprovado por unanimidade. A expectativa é que o projeto seja votado na próxima terça-feira (13).

A proposta se aplica a pagamentos promovidos no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional da União, dos estados e dos municípios. Estão sujeitos à regulamentação, entre outros, o presidente, vice-presidente, ministros, governadores, prefeitos, secretários estaduais e municipais, membros do Legislativo, do Ministério Público, dentre outros.

De acordo com o texto, não estão submetidos ao limite remuneratório auxílio-alimentação, ressarcimentos de despesa médica e odontológica, mensalidade de planos de saúde, adicional de férias e pagamentos de férias não gozadas -em todos os casos, com limites específicos.

Estão contemplados ainda honorários de sucumbência passíveis do abate-teto e desconto de jetons (salários extras) de ministros e servidores que integram conselhos de empresas públicas.

Também não entram nesse teto 13o salário, adicional noturno e serviço extraordinário, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, auxílio-creche, auxílio ou indenização de transporte, indenização por uso de veículo próprio em serviço, auxílio-moradia e diárias e indenização por afastamento do local de trabalho para execução de trabalhos de campo sem direito a receber diária.

Ficam de fora ainda ajuda de custo para mudança e transporte, gratificação pelo exercício de função eleitoral, adicional ou auxílio-funeral, entre outros itens e com limitações específicas.

Segundo o gabinete do rela-tordo texto, deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), a estimativa é que a União economize R\$ 3 bilhões ao ano com o extra teto.

No relatório, ele faz ressalvas a alguns casos e diz não se "razoável que um servidor cuja retribuição corresponda ao limite venha a ser impedido de receber o adicional de serviço extraordinário quando, por contingências que escapam à sua vontade, for compelido a trabalhar além de sua jornada habitual".

"O mesmo raciocínio vale para quem seja obrigado, por necessidade do serviço e não por preferência pessoal, a trabalhar em horário noturno. É evidente

que sua retribuição não pode ser equiparada à de quem não se submete à mesma condição", indica.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defende que o texto seja votado antes da reforma administrativa. Em 1º de julho, disse que os supersalários são uma condicionante para votação do texto que altera regra para servidores.

Benefício

Emergencial (BEm) O que é Programa emergencial que autoriza suspensão de contrato e redução de jornada e salário de trabalhadores, com compensação a ser paga pelo governo às pessoas afetadas

Como funciona

Empregador e empregado deverão negociar acordo

Trabalhador recebe compensação pela perda de renda

Cálculo depende do percentual do corte de jornada e valor que trabalhador tem direito atualmente com o seguro-desemprego

Se o corte de jornada for de 50%, a compensação será metade da parcela de seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito se fosse demitido

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

82

Dólar opera em alta, perto de R\$ 5,30

Por G1

O dólar opera em alta nesta quinta-feira (8), em meio ao clima político local mais arisco e após o Federal Reserve (Fed, banco central norte-americano) acalmar temores sobre redução de liquidez por lá no curto prazo.

Às 9h02, a moeda norte-americana subia 0,78%, vendida a R\$ 5,28. Veja mais cotações. Na máxima da sessão, chegou a R\$ 5,2810.

No dia anterior, a moeda norte-americana subiu 0,59%, a R\$ 5,2393. Com o resultado, o dólar passou a acumular alta de 1% frente ao real. No mês, já subiu 5,36%.

Cenário

O Federal Reserve (BC dos EUA) divulgou na véspera a ata de sua última reunião de política monetária, na qual evitou sinalizar mais claramente quando poderá começar a debater corte de estímulos adotados durante o começo da pandemia - e que ajudaram a sustentar os mercados desde então.

Foi um (Fed) cautelosamente dovish (favorável a uma política monetária mais frouxa) , disse Leon Abdalla, analista de investimentos da Rio Bravo. No fim, as avaliações do Fed ainda indicam bastante liquidez no mercado , acrescentou.

Achamos que o real está longe do patamar que vemos como ideal , disse Tulio Portella, diretor comercial da B&T Corretora de Câmbio, que vê taxa de R\$ 4,50 por dólar ao fim do ano.

Segundo Portella, o rali do dólar nas últimas semanas teve componente mais forte da escalada de tensões políticas. Houve uma certa perda de credibilidade do governo com o mercado, e com isso as reformas ficam mais facilmente contestáveis , afirmou, lembrando ainda a má reação de agentes financeiros ao texto da segunda etapa da **reforma tributária** --que previu, entre outros pontos, tributação de 20% sobre lucros e dividendos..

Veja as últimas notícias da CPI da Covid

Abdalla, da Rio Bravo, também citou uma fragilização do governo e seus impactos sobre o dólar, mas ainda vê a moeda em patamar mais baixo, de R\$ 5,10, ao fim do ano, quando a economia deverá operar com

maior capacidade.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/08/dolar.g.html>

Mudanças à vista no congresso

**GERALDA DOCA E IVAN MARTINEZ-VARGAS /
Colaboraram Gabriel Shinohara, Fernanda Trisotto e
João Sorima Neto**

Diante de uma forte resistência de empresários à reforma do Imposto de Renda apresentada no fim do mês passado, o Congresso já acena com mudanças no texto proposto pelo governo. Um dos alvos principais é a tributação de dividendos, isentos no país há mais de 25 anos e um dos temas mais caros ao ministro da Economia, Paulo Guedes. Deputados se articulam para reduzir a alíquota de 20% proposta pelo Executivo e subir a faixa de isenção de lucros para além de R\$ 20 mil mensais.

Uma carta de 120 entidades empresariais entregue ontem ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), faz críticas à reforma e pede a criação de uma comissão especial para discutir o texto. As articulações se intensificaram no momento em que Guedes indica a interlocutores que aceita reduzir em até 10 pontos percentuais o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) já em 2022, desde que isso seja acompanhado de um corte de até R\$ 40 bilhões em subsídios e isenções.

VOTO SÓ COM TEXTO MADURO

O relator da proposta, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), disse ao GLOBO que está fazendo contas para reduzir a carga tributária e que o IRPJ poderá ter redução superior a 10 pontos percentuais. Ele não disse como isso poderá ser compensado.

- Já chegamos a um consenso de que não poderá haver aumento de arrecadação - disse o parlamentar; relatando que já foi procurado por representantes de todos os setores atingidos pelas mudanças.

Na Câmara, deputados se articulam para que a tributação sobre lucros e dividendos possa ir para 15%. Além disso, parlamentares avaliam subir a faixa de isenção desse tributo para R\$ 30 mil, R\$ 40 mil ou até R\$ 50 mil por mês. A equipe econômica já teria sido avisada dessas eventuais mudanças, mas prefere deixar a decisão por conta do Congresso.

Ao participar ontem de uma audiência na Câmara, Guedes defendeu a tributação de lucros e dividendos e rebateu as críticas de que a redução do imposto para em presas é pequena, se comparada com a alíquota proposta para tributar os lucros.

-Se reinvestir, se ficar na empresa, o imposto deve ser baixo. Agora, se tirou para usufruto pessoal, que é natural, não tem problema nenhum ser rico. Não pode ter vergonha de ser rico, tem que ter vergonha de não pagar imposto -afirmou.

Ontem, Lira foi às redes sociais dizer que o "conceito" da reforma está indo no caminho certo para corrigir distorções. "Não teremos postura arrecadatória. O Congresso Nacional terá a serenidade para melhorar os conceitos de simplificar, desburocratizar e dar segurança jurídica. O Legislativo tem força para debater e fazer as contas. Não votaremos este texto enquanto não estiver maduro e discutido com todas as bancadas", afirmou.

A possibilidade de aumento da carga tributária é uma das principais críticas ao projeto. Também afeta setores como a construção civil, profissionais liberais, grandes empresas, setor financeiro, agronegócio e indústria. O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), tem usado a tribuna da Casa para criticar o projeto e defender a Zona Franca de Manaus. Nos últimos dias, Guedes tem sinalizado nos bastidores a intenção de reduzir incentivos sobre o xarope de refrigerante produzido na região para intensificar a redução da alíquota do IRPJ.

- Essa proposta é de um improviso primário e ela se afasta completamente das premissas do que sempre se discutiu sobre a **reforma tributária**, que era a neutralidade e equilíbrio setorial e simplicidade. Ela não é neutra, é aumento de tributo e sobrecarrega alguns setores, sobretudo o imobiliário e ela não simplifica -disse Ramos.

Em nota, a Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes (Abir) afirma que uma mudança nas regras do segmento pode afetar investimentos: "O setor de bebidas não alcoólicas tem sofrido há anos com mudanças abruptas".

Para reduzir o IRPJ de todas as empresas, Guedes também deve propor o fim do Regime Especial da Indústria Química (Reiq), que custa R\$ 1,7 bilhão ao ano. O governo já tentou cortar esse incentivo a partir deste ano, mas o texto foi alterado pelo Congresso, que estipulou a eliminação gradual até 2025.0 presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Ciro Marinho, critica o modelo de proposta fatiada e diz que o setor foi pego de surpresa: -Reforma fatiada, como a que está vindo do Ministério da Economia, cria um enorme problema.

Colocar mudanças em doses homeopáticas causa transtorno e acirra a percepção de insegurança jurídica - disse.-Debatemos com as lideranças do Congresso e o que saiu dessa discussão foi a eliminação gradual(do Reiq) ao longo de quatro anos.

O presidente da Anfavea, Luiz Carlos Moraes, diz que o governo vai na direção certa, mas precisa ampliar a proposta com a inclusão do ICMS, por exemplo: - Entendo a dificuldade de fazer essa reforma, mas ela precisa ser mais ampla, embora não possa gerar aumento de carga tributária, que já é alta.

"Não pode ter vergonha de ser rico, tem que ter vergonha de não pagar imposto" Paulo Guedes, ministro da Economia, ao defender a tributação sobre dividendos

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Idade será único critério para vacina

Cristiane Lima

Goiás excluiu a necessidade de municípios vacinarem grupos prioritários contra a Covid-19. A recomendação, a partir de agora, é que se vacine grupos por idades. Com a mudança, as prefeituras deixam de ter a obrigação de reservar parte das doses para públicos específicos de profissionais ou categorias. A medida visa acelerar a imunização no Estado.

Superintendente de vigilância em saúde da Secretaria Estadual de Saúde de Goiás (SES-GO), Flúvia Amorim diz que esta demanda partiu dos municípios. "Algumas cidades tinham dificuldades em identificar pessoas que fazem parte destes grupos ou a procura era baixa e, mesmo com outras demandas, precisavam manter essas doses para atendimento dos prioritários, conforme orientação do Ministério da Saúde."

Flúvia destaca que a vacinação é eficaz se conseguir alcançar o maior número de pessoas em menor tempo e essa mudança poderá permitir que nenhuma dose fique armazenada. Ela informa que a mudança já está valendo, mas caso algum município tenha planejado atendimento de grupos dentro da lista de prioridades antes desta decisão, a recomendação é que cumpra o compromisso e, a partir da chegada de novas doses, inicie com as novas regras.

A decisão de alteração no esquema de vacinação em Goiás foi alterado em reunião realizada na terça (6). A Comissão Intergestora Bipartite do Estado de Goiás (CIB-GO) alterou para 100% por idade a vacinação contra a Covid-19 no Estado. No encontro, os técnicos entenderam que os grupos mais vulneráveis e suscetíveis às doenças e mortalidade já foram vacinados.

No final de maio, Goiás passou a separar 70% de doses para atendimento da população geral, na época a partir dos 59 anos, e 30% para os grupos prioritários. No dia 24 de junho, o Estado alterou essa quantidade e passou a destinar 90% para a população em geral e 10% para grupos prioritários. Mas, ainda assim, doses estavam ficando estocadas em postos de saúde.

A presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Goiás (Cosems), Verônica Savatin, participou da discussão e explica que, mesmo que os municípios iniciem a vacinação por idade, profissionais da saúde, gestantes, puérperas, idosos,

professores e pessoas com comorbidades mantêm o direito à vacina, independente da idade. Ela afirma que, nesses casos, cada município poderá elaborar sua estratégia para manutenção dos atendimentos.

Ela reforça que as cidades terão avanços de grupos vacinados diferentes umas das outras, e isto não é um problema. "Cada cidade tem seu grupo populacional, com uma quantidade específica de pessoas em cada faixa etária. Pode ser que em uma faixa exista um número bem maior de pessoas e, no outro, menor. O importante é ampliar o acesso às doses, vacinar o maior número de pessoas."

Goiânia segue vacinando pessoas com 44 anos ou mais. Aparecida já atende pessoas com 40 anos ou mais. Hidrolândia e Bom Jesus de Goiás vacina pessoas com 38 anos ou mais. Niquelândia inicia na sexta a vacinação de pessoas com 35 anos.

MP acompanha casos da 3ª dose

A Secretaria de Estado da Saúde de Goiás apura se 1,7 mil pessoas tomaram três doses da vacina contra a Covid-19 no Estado. Essas pessoas constam do registro de doses estadual. De acordo com a própria SES-GO, elas receberam doses de fabricantes diferentes e em datas diferentes.

A secretaria apura inconsistências em cadastros e, em caso de confirmação de irregularidade, os dados serão encaminhados ao Ministério Público de Goiás para providências. A SES-GO

será responsável por individualizar as pessoas que possivelmente teriam sido imunizadas, qualificar e estabelecer o caminho percorrido para conseguir a terceira dose.

No caso de **servidores públicos** eventualmente contemplados com a terceira dose, foi orientado aos órgãos públicos a instauração de procedimento administrativo disciplinar (PAD).

Durante reunião do Centro de Operações Emergências em

Saúde Pública para Enfrentamento ao Coronavírus (COE), nesta quarta-feira (7), ficou decidido que a SES-GO fará uma checagem preliminar junto aos municípios. A intenção é checar se há inconsistência no preenchimento de dados ou se realmente houve aplicação da terceira dose do imunizante.

Para a superintendente de Vigilância em Saúde da SES-GO, Flúvia Amorim, além do problema moral, existe a questão legal. Por isso, os casos identificados serão remetidos ao Ministério Público.

A Secretaria de Saúde de Goiânia diz, em nota, que, "até o momento, não foram identificados casos de pessoas que tenham tomado a terceira dose da vacina contra a Covid-19". A SMA afirma que realiza o levantamento de dados da campanha de vacinação, pelo sistema do Programa Nacional de Imunizações(SI-PNi) para caso necessário sejam realizadas investigações e apurações.

Agendamento terá novo canal

Como aumento no número de reclamações em relação ao aplicativo Prefeitura 24 Horas, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Goiânia vai oferecer um novo canal para agendamento da vacina contra aCovid-19.A intenção é que o serviço possa ser feito pelo site da própria SMS dentro de poucos dias.

De acordo com Grécia Pessoni, diretora de Vigilância Epidemiológica da SMS, além de desafogar o aplicativo, o novo canal pode ser mais facilmente acessado pela população em geral.

Pessoni diz que a SMS divide as doses recebidas entre postos de demanda espontânea e por agendamento. Sobre as constantes reclamações de usuários que não conseguem agendar a vacinação, ela alega que "o problema não é o aplicativo, mas o número de doses".

A Prefeitura de Goiânia pretende abrir um novo ponto de vacinação por demanda espontânea no Paço Municipal, no próximo fim de semana. Mas, conforme Grécia, a SMS depende de chegada de novas doses.

Conforme a coluna Giro adiantou, a intenção é fazer um evento conjunto com o governo estadual, com 10 mil doses da Janssen, vacina de dose única ASMS não explicou se já tem essas doses em estoque ou se espera uma remessa para esta semana De acordo com Grécia 18% das pessoas vacinadas no drive-thru do Passeio das Águas são de outros municípios goianos.

Site: <https://www.opopular.com.br/digital/08-julho-2021/1o-caderno>

Correios: serviços postais e correio aéreo nacional não podem ser privatizados, opina PGR - TRIBUNA

GILVAN MANOEL

O procurador-geral da República, Augusto Aras, opinou pela procedência parcial da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.635, ajuizada pela Associação dos Profissionais dos Correios (ADCap). A ação questiona diversas normas que tratam do serviço postal e da desestatização dos Correios, definida pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (CPPI).

No parecer, Aras explica que a Procuradoria-Geral da República (PGR) já havia emitido parecer pelo conhecimento da ação e procedência parcial do pedido para que seja declarada a inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, do inciso I do art. 2º da Lei 9.491/1997, para retirar da força normativa a autorização para privatizar os serviços postais e o correio aéreo nacional, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Após aditamento da petição inicial, a relatora do caso, ministra Cármen Lúcia, solicitou novas informações ao Congresso Nacional, ao presidente da República, ao advogado-Geral da União e ao procurador-geral da República. Nesta segunda manifestação, o PGR ratifica o posicionamento anterior, destacando que as resoluções CPPI 89/2019 e 168/2021, e os decretos 10.066/2019 e 10.674/2021 são impugnados nesta ADI apenas por arrastamento. De acordo com o PGR, o objeto principal da ação são dispositivos das leis 9.491/1997 e 13.334/2016.

Augusto Aras pontua que, em caso de declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos legais, é "natural que os atos infralegais que com eles mantenham relação de dependência normativa ou que lhes sirvam de fundamento também sejam afastados do ordenamento jurídico".

Segundo o PGR, esse é o caso do inciso III do art. 2º do Decreto 10.674/2021. O procurador-geral explica que o inciso X do artigo 21 da Constituição Federal não possibilita a prestação indireta dos serviços postais e do correio aéreo nacional. "A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - até poderia ser criada, com a desestatização da parte da empresa que exerce

atividade econômica", salienta.

No entanto, de acordo com o PGR, o Decreto 10.674/2021 autoriza a desestatização da ECT, inclusive quanto aos serviços postais. Dessa forma, ele argumenta que, caso o STF declare a inconstitucionalidade parcial sem redução de texto do inciso I do artigo 2º da Lei 9.491/1997, "há de ser declarada também a inconstitucionalidade, por arrastamento, do Decreto 10.674/2021".

Por fim, Aras apresenta considerações sobre a apresentação do Projeto de Lei 591/2021 e sobre a condição suspensiva prevista no parágrafo 3º do artigo 1º do Decreto 10.674/2021. Segundo ele, ainda que o presidente da República tenha condicionado a desestatização da ECT à aprovação, pelo Congresso Nacional, do marco legal dos serviços postais, a decisão pela desestatização da empresa, ao menos no âmbito do Poder Executivo, já foi tomada.

Para o procurador-geral, o fundamento legal para essa decisão do Poder Executivo é a autorização genérica de desestatização contida no inciso I do art. 2º da Lei 9.491/1997. De acordo com ele, o Congresso Nacional, ao analisar o novo marco legal dos serviços postais, poderá mudar todo o panorama normativo aqui discutido, "porém, o ordenamento jurídico hoje em vigor contém norma legal que autoriza, em tese, a desestatização dos serviços postais (Lei 9.491/1997, art. 2º, I)".

Indignação O deputado federal João Daniel (PT/SE) registrou sua indignação com a política do governo federal, especialmente do ministro da Economia, Paulo Guedes, de entrega das empresas estatais. Agora, destacou o parlamentar, na mira estão os Correios, empresa centenária que deixa mais de 100 mil trabalhadores e trabalhadoras com seus empregos ameaçados. "Esta é uma empresa histórica, que representa a história do povo brasileiro, a nossa cultura e, com tanta dignidade, as empresas públicas estatais. Privatizar os Correios é um ataque à soberania nacional", declarou João Daniel, durante a sessão da Câmara, nesta quarta-feira, dia 07.

Edvaldo Nogueira, presidente da FNP, durante

audiência com o presidente da Câmara, Arthur Lira Ação no STF O Partido dos Trabalhadores, na tarde desta quarta-feira (7), pediu à ministra Cármen Lúcia, do STF, a sua admissão como amicus Curiae na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6635, que trata de inconstitucionalidade da tentativa de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Na petição enviada, a agremiação afirma que, apesar de a discussão acerca das desestatizações não ser nova, nunca foi enfrentada pelo Supremo Tribunal Federal na perspectiva dos serviços postais e correios aéreos, que possuem tratamento constitucional diferenciado, o que representa um impedimento a sua delegação a entidades privadas.

Pelo piso Representação de professores de todas as regiões do estado estiveram em frente ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe para vigília com objetivo de acompanhar a sessão do pleno que discutiria o pedido do Sintese de esclarecimento da corte de contas que não há impedimento legal para a aplicação da revisão do piso na carreira do magistério. A vigília foi marcada após audiência, na segunda (5), com o conselheiro Carlos Alberto Sobral. Por conta do feriado do dia 08 a sessão do pleno seria antecipada para esta quarta (7), mas não foi o que ocorreu.

Na pauta A partir de informações prestadas a presidenta do SINTESE pela assessoria do conselheiro, Carlos Alberto, a sessão acontecerá na próxima quinta (15) e o pleito do sindicato está na pauta. "É necessário que o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe deixe explícito para os prefeitos e governador que a Lei Complementar 173 não impede a revisão do piso na carreira do magistério, da mesma forma que autoriza a revisão inflacionária dos demais **servidores públicos**, a sessão não aconteceu hoje, mas na próxima quinta, estaremos aqui em vigília", afirma a presidenta do SINTESE, Ivonete Cruz.

Tortura O Ministério Público Federal (MPF) e a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Sergipe (OAB/SE) vão realizar audiência pública sobre a importância da implementação do Comitê e do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, criado pela Lei Estadual nº. 8.135, de 13 de julho de 2016. As dificuldades observadas para a efetiva implantação dos órgãos também estão na pauta da audiência.

Implantação Embora o estado de Sergipe tenha aprovado a lei criando o Comitê e o Mecanismo, ainda não houve a sua efetiva implementação, conforme previsto na Lei Federal nº 12.847/2013, que instituiu o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. A não implementação desses órgãos importa descumprimento de obrigações internacionais assumidas pelo Brasil ao assinar o Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a

Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, ratificado pelo Decreto nº 6.085, de 19 de abril de 2007.

Audiência O evento vai ocorrer por meio da plataforma Zoom, com transmissão no canal do Youtube do MPF/SE, no dia 14 de julho, das 15h às 18h30. Para participar da sala na plataforma Zoom, os interessados devem solicitar inscrição por e-mail (prse-prdc@mpf.mp.br), informando o nome completo, CPF, e-mail e número de telefone Whatsapp. Os organizadores vão encaminhar o link de acesso à sala virtual para o e-mail informado na inscrição.

Unigel O deputado federal Laércio Oliveira esteve nesta quarta (7) com o ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, para reforçar o convite para o evento de inauguração da Unigel (antiga Fafen) no fim deste mês e testemunhar os resultados práticos das ações do Governo do Estado de Sergipe e as mudanças que a nova Lei do Gás já começam a promover na economia, considerando as novas perspectivas de um mercado competitivo nesse setor. "As coisas já estão acontecendo.

Sergipe está fazendo a sua parte. Quando o gás definitivamente chegar na nossa costa, sabermos a melhor destinação para produzir desenvolvimento, riqueza e renda para o nosso povo e para o nosso estado", disse Laércio.

Municípios O prefeito de Aracaju e presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Edvaldo Nogueira, se reuniu, na manhã desta quarta-feira (7), em Brasília, com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. Na audiência, Edvaldo e dirigentes da entidade apresentaram as pautas prioritárias para os municípios brasileiros, considerando, sobretudo, os impactos provocados pela pandemia do novo coronavírus nas cidades. O principal tema debatido foi a necessidade de instituição de um auxílio federal para o transporte público diante das dificuldades no financiamento do setor, no Brasil. A pauta também foi discutida em reunião com o ministro de Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. Edvaldo avaliou as agendas como "muito positivas".

Transporte Sobre as dificuldades do transporte público urbano no Brasil, a FNP apresentou uma proposta para instituição de um auxílio federal permanente, na ordem de R\$5 milhões ao ano, para colaborar com o equilíbrio do financiamento do transporte público e sustentar as gratuidades oferecidas aos idosos. "Nós discutimos sobre o papel dos municípios no pós-pandemia, sobre a ideia de que é preciso que, juntos, possamos encontrar uma saída para questões fundamentais, como a situação do transporte público urbano, que está passando por grandes dificuldades,

em diversas cidades brasileiras para manter suas frotas e a regularidade dos serviços, com uma tarifa sem grandes aumentos.

A diminuição dos passageiros em virtude da pandemia gerou um passivo e uma dificuldade imensa, que poderão trazer muitos transtornos para as cidades que têm transporte urbano, no sentido da mobilidade urbana. E para esse enfrentamento, é preciso que haja subsídio do governo federal", destacou Edvaldo. Saúde Durante a reunião com o presidente da Câmara de Deputados, também foram tratados outros temas, como a transferência de recursos para as áreas da Saúde e Educação, e a **reforma tributária**.

Sobre a Saúde, foi abordada a necessidade de destinação de mais recursos para a pasta em 2021. "A pandemia aumentou os gastos municipais e as transferências de recursos em 2021 foram menores que em 2020, quando o governo federal colocou recursos importantes para o combate à pandemia. Por isso, solicitamos o envio de recursos para as cidades, que estão com déficit de R\$ 40 milhões na saúde", detalhou Edvaldo.

Pelo ISS Sobre a **reforma tributária**, Edvaldo ressaltou que "a FNP mostrou a importância da manutenção do ISS, um imposto importante para a autonomia dos municípios e que deveria ser mantido na **reforma tributária**", reiterou o gestor informando que "o presidente da Câmara nos deu um aceno muito importante, de que vai abrir discussão para que a gente possa efetivamente trabalhar em uma proposta que seja importante para os municípios brasileiros", frisou.

INSS alerta sobre golpe envolvendo revisões de benefício

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) divulgou ontem (7) uma nota na qual alerta que golpistas têm se aproveitando das revisões em alguns benefícios para tentar obter dados pessoais dos beneficiários. "As abordagens podem ocorrer por carta, e-mail, telefonema ou mensagem de celular", alerta o instituto. Tentativas de golpe podem ser denunciadas por meio da ouvidoria do **INSS**, no endereço da Controladoria-Geral da União (CGU), ou pelo telefone 135. Vítimas de golpe devem registrar um boletim de ocorrência e comunicar o caso aos órgãos envolvidos, que podem ser, além do próprio **INSS**, o banco por meio do qual é pago o benefício.

Para evitar cair em golpes desse tipo, o **INSS** sugere que o beneficiário mantenha seus dados de contato (telefone, e-mail e endereço) sempre atualizados, o que pode ser feito pelo Meu **INSS** ou pelo telefone 135. "Caso alguém faça qualquer comunicação pedindo dados ou fotos em nome do **INSS**, não atenda a solicitação, desligue a ligação e bloqueie o contato. O **INSS** nunca entra em contato direto com a pessoa para solicitar dados, nem pede o envio de fotos de documentos", informa o órgão.

Número O número do SMS usado pelo **INSS** para informar os cidadãos é 280-41. "O **INSS** nunca manda links nem pede documentos pelo SMS. Sempre que o **INSS** convoca o cidadão para apresentar documentos, essa convocação fica registrada no Meu **INSS** e pode ser verificada também pelo telefone 135". Ainda de acordo com o instituto, a pessoa deve utilizar apenas os canais oficiais de atendimento para cumprir qualquer solicitação do **INSS**, seja para agendar um serviço, seja para entregar algum documento.

"É bom saber que quando alguém liga para o telefone 135 ou é atendido pelo chat humanizado da Helô, o atendente pode pedir algumas informações. Esse é um procedimento de segurança para confirmar a identidade de quem telefonou ou acessou o chat", complementa a nota.

Pagamento O Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)** finalizou ontem os depósitos da antecipação da segunda parcela do 13º salário para aposentados e pensionistas que recebem até um salário mínimo. Segundo o órgão, 31 milhões de brasileiros foram beneficiados pelo crédito, de cerca de R\$ 25 bilhões. A medida havia sido assinada pelo presidente Jair

Bolsonaro no início de maio, e tem como objetivo contribuir para o aquecimento da economia durante a pandemia da covid-19. A estimativa, segundo o Ministério da Economia, é que haja injeção de R\$ 52,7 bilhões, somadas ambas as parcelas do 13º.

Pessoas que recebem aposentadoria, pensão por morte, auxílio doença, auxílio acidente ou auxílio reclusão já estão com o crédito em conta. Quem recebe Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) não têm direito à antecipação.

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/08-07_146424c119231b